



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Sinais do desejo: por um urbanismo com urbanidade

Sessão Temática 8: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. A partir da compreensão de que amplos espaços públicos, vigiados e controlados são típicos de um urbanismo aqui referido como inhóspito, e ainda por cima, por esses espaços públicos estarem divorciados das narrativas de democracia, cidadania e desenvolvimento social, revela-se essencial procurar formas de o desconstruir e neutralizar para resgatar a sociabilidade e a urbanidade na direção do direito à cidade. Assim, inicialmente, as suas características, os seus instrumentos e as suas mediações são abordados para o situar como parte integrante da produção social do espaço abstrato do capital inerente à neoliberalização financeira. Em seguida, são feitas algumas observações gerais sobre as suas implicações para a urbanidade e solidariedade social num sentido alargado. Finalmente, é apresentado um breve esboço de ações transformadoras alternativas, com enfoque nas práticas de urbanismo tático e de guerrilha, com potencial para fazer frente à desumanização do espaço social e contribuir para o resgate da urbanidade, da sociabilidade e do direito à cidade.

Palavras-chave: Urbanismo Inóspito, Direito à Cidade, Urbanismo Tático, Urbanismo de Guerrilha

Signs of desire: towards an urbanism with urbanity

Abstract. Based on the understanding that large, guarded, and controlled public spaces are typical features of an urbanism referred to here as inhospitable, and on top of this, because its public spaces are divorced from narratives of democracy, citizenship, and social development, it is essential to seek ways to deconstruct and neutralize it to rescue sociability and urbanity in the direction of the right to the city. Therefore, initially, its characteristics, its instruments, and its mediations are addressed to situate it as an integral part of the social production of the abstract space of capital inherent to financial neoliberalization. Next, some general remarks are made about its implications for urbanity and social solidarity in an enlarged sense. Finally, a brief outline of alternative transformative actions is provided, with a focus on the practices of tactical and guerrilla urbanism, with the potential to counter the dehumanization of social space and contribute to rescuing urbanity, sociability, and the right to the city.

Keywords: Inhospitable Urbanism, Right to the City, Tactical Urbanism, Guerrilla Urbanism

Señales del deseo: por un urbanismo con urbanidad

Resumen. A partir del entendimiento de que los espacios públicos amplios, vigilados y controlados son rasgos típicos de un urbanismo aquí denominado inhóspito y, además, por sus espacios públicos estaren divorciados de las narrativas de la democracia, la ciudadanía y el desarrollo social, es fundamental buscar formas de desconstruirlo y neutralizarlo para rescatar la sociabilidad y la urbanidad en la dirección del derecho a la ciudad. Por lo tanto, inicialmente se abordan sus características, sus instrumentos y sus mediaciones para situarlo como parte integrante de la producción social del espacio abstracto del capital inherente a la neoliberalización financiera. A continuación, se hacen algunas observaciones generales sobre sus implicaciones para la urbanidad y la solidaridad social en un sentido ampliado. Por último, se

ofrece un breve esbozo de acciones transformadoras alternativas, centradas en las prácticas del urbanismo táctico y de guerrilla, con potencial para contrarrestar la deshumanización del espacio social y contribuir al rescate de la urbanidad, la sociabilidad y el derecho a la ciudad.

Palabras clave: Urbanismo Inhóspito, Derecho a la Ciudad, Urbanismo Táctico, Urbanismo de Guerrilla

Portanto, é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana. (LEFEBVRE, 1969).

Na contemporaneidade, ao redor do mundo, em diversos países e lugares, para satisfazer as condições gerais impostas pela neoliberalização financeira do espaço e de modo a tornar as cidades mais limpas e seguras, diversas municipalidades tendem a priorizar atender aos interesses comerciais e empresariais em detrimento das necessidades dos cidadãos, como meio de aumentar suas receitas. As iniciativas de transferência do ônus de manutenção de espaços públicos diversos para o setor privado (SILVA; MACIEL, 2021; SANFELICI, 2021) multiplicam-se e ganham cada vez mais vulto com parcerias público-privadas em que se articulam os interesses públicos com distintos capitais. Essa conjugação de interesses diversos encontra, por assim dizer, um campo assaz propício na implementação de megaprojetos de renovação ou de revitalização urbana em espaços ditos degradados. Esses megaprojetos forjam espaços públicos de caráter global, modernos, limpos e seguros como objetos de consumo tanto para o turismo global, quanto àqueles cidadãos com capacidade de consumo.

Grandes projetos de renovação ou de revitalização urbana, as justificativas para implementá-los, e mesmo a escala de intervenção adotada, não constituem fato inédito no campo da prática de planejamento urbano e de urbanismo, ao menos desde o plano do barão Haussmann para Paris, no século XIX. Na contemporaneidade global, caracterizada pela financeirização do espaço e da reprodução social, onde diferentes capitais (financeiro, imobiliário, industrial, construção civil, entre outros) e setores de atividades (turismo, comércio, serviços, entre outros) combinam-se e articulam-se sob a tutela do capital financeiro com o suporte do Estado para implementar megaprojetos de intervenção urbana, a novidade reside em uma difusão da retração dos espaços públicos engendrados.

Espaço público aqui entendido como espaço aberto acessível a todos, independentemente de condição social, credo, raça, cor ou gênero, em síntese, espaços sem exigências para usufruí-lo, embora sempre possa haver algum controle e restrição ao seu uso e fruição por parte da sociedade e dos detentores do poder. Aparentemente, os cuidados para tornar as cidades mais seguras, modernas e limpas teriam ultrapassado seus propósitos originais. O resultado é a transformação da cidade em uma mercadoria palatável e acessível apenas aos que tem poder aquisitivo para desfrutá-la (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2019; DAVIS, 2009), onde os espaços públicos assumem um caráter seletivo, exclusivo e restritivo. Em nome da segurança pública e social, os espaços públicos são guarnecidos de desníveis, muros, cercas, circuitos de vídeo-vigilância, além de contar com segurança policial ostensiva. Esses recursos de segurança e de controle social conformam um espaço público vigiado,

controlado, comercial e, de forma paradoxal cabe assinalar, restritivo e não-público. Estes espaços públicos encontram-se dissociados das narrativas da democracia, da cidadania e do desenvolvimento social.

Esses espaços públicos não são fortuitos, pelo contrário, integram a lógica da produção financeirizada do espaço social e são o resultado concreto de uma prática urbanística, aqui designada, de urbanismo inóspito (LIMONAD, 2022), como se pretende mostrar. Prática essa que, em princípio, se distingue de práticas pretéritas de urbanismo por combinar elementos de desenho urbano, design hostil e de arquitetura defensiva em larga escala com a justificativa de garantir a segurança pública e social e preservar os equipamentos urbanos.

Sob a influência dessa cultura, a segurança vem deixando de ser vista como um direito público indivisível e passa a ser considerada como privilégio dos indivíduos ou grupos que podem pagar por ela. Ocorre uma negação da atmosfera das ruas e um esvaziamento dos espaços públicos destinados a uma pluralidade de usuários, marcados pela variedade humana e pelo imprevisível, e a sua substituição por um sistema de espaços seletivos e privativos, protegidos por barreiras materiais e simbólicas, onde as camadas de maior renda se refugiam e o “flaneur” consumidor espera circular com segurança. Esses espaços terminam por constituir uma espécie de “cidade” mais restrita e homogênea, deslocalizada e fortificada dentro da cidade mais ampla, que é considerada como inóspita e hostil e como território da pobreza, da criminalidade e da degradação. (CARVALHO, 2005, p. 338)

Estes espaços públicos inóspitos disseminaram-se e podem ser encontrados em diversas cidades de diferentes países. Suas raízes, em parte e em diferentes medidas e formas, remontam às propostas de inspiração higienista de Haussmann, do *City Beautiful*, do urbanismo modernista dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna até versões mais recentes consubstanciadas nas propostas do planejamento estratégico pautadas no modelo Barcelona, do Novo Urbanismo, das Cidades Criativas e do planejamento libertário de Dubai e Doha, entre outros, os quais com tintas frescas buscam conferir um ar de inovação para situar com proeminência no plano global as cidades onde se situam (LIMONAD, 2021).

Esse leque de modalidades de urbanismo, entre muitas outras variantes, tem por atributo comum, em diferentes graus e intensidades, a produção de espaços públicos destituídos de urbanidade e de sociabilidade. Os espaços públicos dessas modalidades de urbanismo não prescindem daquela urbanidade e vitalidade resultante da sintaxe espacial das edificações e do espaço construído produzida por projetos arquitetônicos e urbanísticos (AGUIAR, 2012; CASTELO, 2007). Porém, carecem e são alheios à urbanidade social em uma perspectiva transformadora fundada na sociabilidade, consoante reflexões de Inaiá Carvalho (2005) e Ana Clara Torres Ribeiro (1995). Uma vez que suas propostas contribuem para produzir uma estrutura urbana segregada, fragmentada e polarizada, sem contemplar a vulnerabilidade social, a pobreza, as carências de habitação, de infraestrutura e de serviços urbanos, os conflitos sociais, a anomia e a violência. Onde, em contraste com os espaços globais dessas propostas se evidenciam os contornos da pobreza e da precariedade do cotidiano, da vida urbana de milhões com a destruição de seus padrões de referência identitárias e de sociabilidade. Essas propostas são destituídas de uma urbanidade social, por serem alheias a uma sociabilidade que contemple e conjugue a diversidade, a diferença, a criatividade e a construção social coletiva.

A urbanidade aqui, portanto é entendida como resultante do entrelaçamento de práticas espaciais sociais e espaciais subalternizadas e hegemônicas. É uma urbanidade que se manifesta na cidade e no campo, assim como a ruralidade, compondo uma heterogeneidade de situações em que diferentes atores sociais buscam reconhecimento e espaço. A urbanidade social, assim, concerne a dinâmica da vida cotidiana e emerge das práticas espaciais dos sujeitos sociais, condicionadas por suas formas de se relacionar entre si e com o mundo. Essa urbanidade que abrange também os corpos dos diferentes sujeitos no espaço, expressa-se por meio de uma sintaxe e ordem espaciais, fruto das práticas espaciais dos diferentes sujeitos sociais. Essa urbanidade remete ao direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), ao direito à vida, à cidadania, a uma sociedade equânime e humana.

Pensar em um outro urbanismo, e mesmo um planejamento, com uma urbanidade fundada na sociabilidade exige fazer frente aos avanços desse urbanismo inóspito. Para tanto é mister buscar meios de desconstruí-lo e neutralizá-lo, com o norte de resgatar a sociabilidade, a urbanidade e o direito à cidade, para pensar uma outra cidade, uma outra sociedade na perspectiva do humano. Definir tal horizonte na sociedade capitalista contemporânea integra traçar algumas linhas de desejo de práticas espaciais alternativas e solidárias, que contribuam para com a apropriação social dos espaços públicos em oposição à sua dominação e mercantilização pelo capital.

Por conseguinte, primeiro, são abordadas suas características, seus instrumentos e suas mediações para situar esse urbanismo inóspito como parte integrante da produção do espaço abstrato do capital próprio da neoliberalização financeira, mediante a homogeneização pasteurizada do espaço social com o esmagamento das rugosidades e memórias identitárias de cada lugar. Isto posto, são feitas algumas considerações sobre suas consequências com base em uma concepção transformadora de urbanidade e solidariedade social. Este ensaio se encerra com o esboço de algumas possibilidades de resistência na esfera da vivência cotidiana com um breve apanhado de ações transformadoras alternativas com potencial para combater a desumanização do espaço social. Em especial, são destacadas algumas práticas de urbanismo tático e de guerrilha, que englobam ações e atividades planejadas ou não-planejadas e capazes de contribuir para o resgate da urbanidade, da sociabilidade e do direito à cidade.

1. Sobre o urbanismo inóspito

Os espaços públicos resultantes de megaprojetos contemporâneos de intervenção urbana e de recuperação de zonas portuárias, tais como o Porto Maravilha (Rio de Janeiro), o Passei Olímpic e o 22@ (Barcelona), as Docklands (Londres), o Puerto Madero (Buenos Aires), La Defense (Paris), entre muitos outros, servem de epitome a um urbanismo designado aqui de inóspito (LIMONAD, 2022) por seus espaços públicos não acolherem a apropriação social, a simultaneidade, a diversidade e a heterogeneidade, que fazem do urbano lugar de encontro e da festa, uma qualidade feita de quantidades (LEFEBVRE, 1969, 1991).

Em aparência, os espaços públicos fruto de tais megaprojetos estariam abertos e acessíveis a todos os cidadãos. Contudo, ao povoar esses espaços públicos com construções defensivas e artefactos hostis, torna explícito o seu atributo não acolhedor e hostil, com uma mensagem: “você não é bem-vindo aqui”, invisível

para quem tem poder aquisitivo e se dispõe a consumir, todavia inconfundível, clara e explícita para aqueles vistos como indesejáveis, aí incluídos os grupos sociais vulneráveis (idosos, crianças, pessoas com limitações de mobilidade, entre outras) ou sem capacidade de consumo. entre os quais se incluem os pobres, os favelados, os sem-teto, os mendigos. (DAVIS, 2009; MADDEN, 2010), os feios, os sujos e os malditos.

O termo urbanismo inóspito serve para designar os projetos urbanísticos em que a sociabilidade, o sentido de identidade social e as possibilidades de apropriação social do espaço público não comparecem. Prática que tem deveras se acentuado com a neoliberalização do espaço social (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2019).

É um urbanismo inóspito por não se preocupar em promover um espaço público acolhedor (TUAN, 1983), por oferecer uma cidade-objeto, composta de lugares-mercadoria a serem consumidos (DELGADO, 2007; SANCHEZ, 2003), subsumindo o valor de uso social e a produção pretérita de significados da cidade enquanto obra.

O urbanismo inóspito tem por atributo distintivo criar espaços públicos confortáveis, limpos e seguros para grupos sociais selecionados de modo a estimular o consumo suntuário e seletivo. Destarte esses espaços públicos restritivos e inóspitos não seriam decorrentes de uma falta de previsão, de projetos urbanísticos mal elaborados, ou de um desenho urbano malfeito, mas de estratégias bem delineadas, que se valem de artifícios e táticas estratégicas elaborados para depurar e limitar o campo social da cidade. Para tanto, esse urbanismo inóspito conjuga artefatos de design hostil com elementos de arquitetura defensiva, articulando-os em larga escala.

O design hostil corresponde à concepção de artefatos com a finalidade de excluir, impedir e obstaculizar a apropriação social alternativa do espaço construído ou, ainda, alijar e remover certos grupos e práticas sociais do espaço público (ANDREOU, 2015, CHELLEW, 2016, 2019, MORTON, 2016). Ao passo que, a arquitetura defensiva incorpora elementos do design hostil e realiza alterações, por vezes sutis, em edifícios e no espaço público, concebidas para desencorajar possibilidades alternativas diversas de apropriação social desses espaços (DE FINE LICHT, 2017, HU, 2019, MAXWELL, 2014, QUINN, 2014, SCHINDLER, 2015, SMITH; WALTERS, 2018, SOUZA; PEREIRA, 2018, SWAIN, 2013, WALLACE, 2018). Entre suas iniciativas contam-se o gradeamento de praças e parques públicos, o uso de rochas e de elementos pontiagudos em muros, marquises e locais abrigados de intempéries para impedir sua ocupação por sem-teto e mendigos, a que se somam bancos divididos com obstáculos, calçadas com desníveis, entre tantos outros artifícios.

Cabe ressaltar a iniciativa de proibir esses artifícios através da Lei Padre Júlio Lancelotti, em processo de aprovação no Congresso Nacional do Brasil, que deve contribuir para coibir abusos hostis. Porém, dada a criatividade profissional de arquitetos e designers, não há como esmorecer na luta contra esses artifícios hostis e defensivos. Pois, subterfúgios hostis podem se manifestar com um design e formas artísticas mais sutis, porém não menos hostis e defensivas. Ou, ainda, mediante políticas suaves de exclusão, que criam ambientes disciplinares agradáveis, onde todos objetos dispostos no espaço público de forma dissimulada direcionam os usuários, como ocorre nos parques da Disney (Estados Unidos) ou em parques públicos com o mesmo efeito de artefatos hostis e defensivos ostensivos. Em Gothemburg (Suécia) a adoção de políticas

brandas de exclusão contribui para criar espaços públicos amplos, abertos e confortáveis, onde as famílias se encontram. Todavia, esses espaços públicos agradáveis não transmitem uma sensação de conforto para os sem-teto, uma vez que as modificações realizadas os tornam mais visíveis e vulneráveis à vigilância e ao controle social (DE LICHT, 2021; THÖRN, 2013).

Arquitetura defensiva e design hostil são denominações aplicáveis aos edifícios, às esculturas e ao mobiliário urbano, mas o que dizer de extensos espaços amplos, onde não se encontra abrigo da luz do sol, da chuva, das intempéries, nem lugares para sentar, conversar, interagir, beber água ou mesmo satisfazer necessidades primárias básicas, como sanitários? Tais artifícios segregadores existem há tempos, e soem ser adotados aqui e ali de forma isolada, ostensiva ou dissimulada, em diferentes lugares, como forma de prevenção ao crime e para a manutenção das edificações.

O fato inédito, agora, é a agregação espacial de artefatos hostis e edificações defensivas em larga escala em amplos espaços públicos, limpos, seguros, mas inóspitos, frios e não acolhedores. Usualmente, tais artefatos e edificações, quando vistos isoladamente, apresentam um desenho em aparência agradável e inócuo. Porém, sua agregação e uso conjunto conformam aquilo que designamos de urbanismo inóspito, defensivo e agressivo para aqueles que desejem usufruí-lo de outras maneiras. E isso se dá graças a artifícios simples, a começar pela não disponibilização e distribuição espacial de bancos sem obstáculos e de sanitários públicos. Conforme Mike Davis (2009) a opção por banheiros quase públicos, situados em centros comerciais e galerias, constitui um meio de desencorajar os vagabundos e sem-teto de permanecerem no centro de Los Angeles.

O urbanismo inóspito, a arquitetura defensiva e o design hostil contribuem, portanto, para um controle estrito dos espaços públicos, ao expropriar esses espaços dos cidadãos de forma ostensiva ou dissimulada para atender aos interesses do capital financeiro. O acesso, uso e a apropriação social desses espaços passam a ser mediados pelo capital e pelo Estado, que ao promover e implementar sua renovação, estabelecem limites tanto físicos como sociais com práticas espaciais excludentes ostensivas ou dissimuladas. Práticas essas que resultam em inúmeros enclausuramentos, supressões, inundações e transfigurações do espaço público para atender a estratégias estatais e empresariais diversas (LOW; SMITH, 2005). Isso, se verifica em muitas cidades, em vários países. Só podem aceder e usufruir de tais espaços públicos globais, depurados e renovados os que tem capacidade de consumo, que constituem demanda efetiva, junto com os que conseguem adaptar suas práticas cotidianas à lógica do espaço abstrato do capital e do Estado (LEFEBVRE, 1991), ao passo que os demais se veem alijados de seu usufruto. Essa lógica do capital articulado ao Estado subsume, quando não esmaga o que resta dos espaços produzidos como valor de uso e marcação identitárias de memórias sociais.

Portanto, o urbanismo inóspito contribui para uma crescente restrição ao direito à cidade, em especial nos espaços públicos. Restrição essa alcançada através do aumento do controle e da privatização do espaço urbano, com a exclusão dos pobres, dos sem-teto, das minorias (DOHERTY *et al.*, 2008; MITCHELL, 1995; MITCHELL; STAEHELI, 2005).

O cerceamento da apropriação social do espaço é viabilizado pela crescente subsunção do espaço social ao valor de troca e aos interesses da propriedade privada (LEFEBVRE, 1969, 1991), que confere aos setores hegemônicos o

poder de controlarem o uso e apropriação social desses espaços públicos renovados, tanto através de sua regulação, quanto da definição e utilização de artefatos em aparência inócuos, ao nível das edificações e do mobiliário urbano (MADDEN, 2010). Tais processos de retração do uso e apropriação dos espaços públicos têm suas raízes tanto no aprofundamento da neoliberalização que afeta todas as esferas da vida e reprodução social (SASSEN, 2016), quanto na interpenetração e associação de interesses públicos e privados para o empresariamento urbano (HARVEY, 1989; RIBEIRO, 1995).

2. Neoliberalização e Urbanismo Inóspito

O aprofundamento da neoliberalização tem afetado de forma direta as administrações municipais, as quais para reduzir seu dispêndio com espaços públicos não comerciais, que não geram receita, como parques e praças urbanas (SILVA; MACIEL, 2021; SMITH; WALTERS, 2018), transferem o ônus de manutenção dessas infraestruturas públicas e amenidades para o setor privado. Com isso, espaços públicos pretéritos estão a ter o seu uso cerceado e circunscrito a horários e comportamentos, quando não são privatizados, como é o caso de pequenas praças, largos, vias de pedestres, muros de contenção. Em paralelo, são favorecidos investimentos privados em áreas públicas, passíveis de renovação urbana e dotadas de potencial para gerar receitas para o poder público e lucros para o setor privado (BANERJEE, 2001; HARVEY, 1989; MARTINS, 2017; MONTEIRO, 2020; RIBEIRO, 1995; SANFELICI, 2021; SMITH, 1987).

Articulam-se, em uma cumplicidade antiética e silenciosa, mediante parcerias público-privadas, o poder público, diferentes capitais e grandes escritórios de arquitetura e urbanismo, em empreendimentos vultosos que privilegiam as classes abastadas, por vezes às custas da erradicação espacial das habitações populares e de cunho social (DE GRAAF, 2015) e, inclusive, de espaços e artefatos da memória social recente, como ocorreu no Porto Maravilha (MARTINS, 2017; MONTEIRO, 2020), no Poble Nou em Barcelona (MANSILLA LÓPEZ, 2018) e em muitas outras cidades. Isto ocorre, em especial, em empreendimentos urbanos de grande escala, onde empresas globais são selecionadas por seu caráter icônico, em detrimento de empresas locais de menor porte (SKLAIR, 2005; SMITH, WALTERS, 2018).

Para criar um ambiente favorável e atraente para os investimentos privados promovem-se soluções de caráter global transnacional para atrair corporações e empresas globais em diferentes contextos sócio-políticos, apoiadas por parcerias público-privadas, com investimentos diretos do poder público. Não se trata tão somente de um empresariamento (HARVEY, 1989) e marketing urbanos (DELGADO, 2007; SANCHEZ, 2003), mas da derrubada e construção de uma outra cidade, com o arrasamento de extensas áreas em grande escala.

Em nome de uma pretensa modernidade e de um bem comum, arrasam-se quarteirões inteiros, remove-se a população residente, muitas vezes para destinos incertos, para implementar políticas de recuperação urbana direcionadas a converter as cidades em modernas mecenas da arquitetura, do urbanismo e do planejamento com o fim de inseri-las “no mapa global”.

Rugosidades (SANTOS, 1996), permanências (PESAVENTO, 2007) e resquícios de práticas espaciais passadas, não consumíveis turisticamente, são destruídas e erradicadas, ao passo que aquelas com potencial turístico são espetacularizadas. Espaços reabilitados soem ser ocupados por edificações e

monumentos icônicos (SKLAIR, 2005), por torres brilhantes desconstruídas, que circunscrevem os espaços públicos renovados e criam uma imagem de limpeza, de segurança, de ordem social e progresso. A combinação espacial de edificações icônicas, de elementos de mobiliário urbano internacional, de signos e símbolos de expressão global contribui para tornar indistintos esses lugares. A escala de seus espaços livres e edificações, a homogeneidade visual da distribuição das edificações, o arranjo espacial das vias e das áreas verdes desses espaços privilegiados lhes confere um ar global limpo e despojado, onde tudo e qualquer coisa que destoe de seu *ethos* se torna evidente.

Na contemporaneidade, obras de arquitetos icônicos globais emergem como expressões do poderio de suas cidades, assim como as catedrais, castelos e palácios do passado, demarcam lugares e se convertem em pré-requisitos para seu desenvolvimento e conquista de uma supremacia em um quadro de cidades globais (GOSPODINI, 2002). Nesse contexto grandes projetos urbanísticos de reabilitação urbana desempenham um papel estratégico para atender aos interesses do Estado e de diversos capitais. Embora essas propostas se apresentem enquanto expressão de movimentos de inovação e vanguarda, mostram um claro compromisso para com o poder econômico e determinadas classes sociais.

O resultado desse urbanismo inóspito são cidades com paisagens homogêneas e indistintas, destituídas de identidade e de memória. As quais, a despeito de seus ícones e marcos próprios, constituiriam, assim, mais uma expressão dos não-lugares (AUGÉ, 1994), que obliteram a pertença e a formação de identidades sociais, onde os indivíduos não têm desejo ou mesmo a capacidade de inscrever-se (DELEUZE, GUATTARI, 2011). Ao obliterar a possibilidade de apropriação social do espaço público, o capital e o Estado realizam uma perversão, em que espaços produzidos originalmente como valores de uso convertem-se em objeto de consumo, através das estratégias de reprodução de diferentes capitais articulados ao capital imobiliário e à indústria do turismo. Passa-se, assim, do consumo no espaço ao consumo do espaço (LEFEBVRE, 1969, 1991), em que as possibilidades de lucro passam a ditar e reger a sua produção.

Cidadãos são transformados em consumidores. Para o consumo seletivo do espaço, produzem-se amplas praças, parques e avenidas dotadas de uma pretensa urbanidade e civilidade, que lhes confere um falso sentido comunitário entre iguais. Por sua posição de classe, condição de existência e de vida, sujeitos sociais diversos com práticas espaciais distintas são expurgados, invisibilizados e alienados do uso e da apropriação social desses espaços tornados mercadoria (LIMONAD; BARBOSA, 2017). A vida social cotidiana tende a ser subjugada a essa mercantilização, com a aniquilação das possibilidades de apropriação social.

O entusiasmo do setor público com parcerias privadas em relação à gestão e recuperação dos espaços públicos têm contribuído para convertê-los em meros lugares de passagem. Sob o signo da neoliberalização os espaços públicos excluem sem oferecer alternativas. Embora abertos a todos, propiciam o distanciamento social e a realização de um *ethos* urbano privado exclusivo, limpo e depurado de pobreza. Aqueles que não conseguem se adaptar, podem optar por evitar esses espaços, dado o risco de violência simbólica manifesta através da moda, das exibições de riqueza, e de outras demonstrações de pertença (BOURDIEU; WACQUANT, 2005).

Nos espaços públicos do urbanismo inóspito, depurados de inconvenientes, não há mais abrigo para o encontro, a festa e mesmo o protesto social. Despojados de seu caráter urbano e de sua sociabilidade, esses espaços públicos se tornam desérticos, perdem a urbanidade construída historicamente. Esvai-se a urbanidade, à medida em que o espaço abstrato do capital e do Estado deles tomam conta e os conformam às suas necessidades e à sua feição. Dissipa-se a urbanidade construída lenta e espaço-temporalmente pelas práticas espaciais cotidianas, a partir da produção de valores de uso social. Uma urbanidade que carrega em si a marcação espacial de identidades, pertencimentos, compartilhamentos e representações coletivas.

A reabilitação promovida por esse urbanismo inóspito erige simulacros de cidades do futuro, que se oferecem aos cidadãos como uma resposta ao discurso do aparente caos urbano e da inviabilidade das metrópoles contemporâneas. No entanto, seus espaços públicos não-acolhem os transeuntes, pedestres, idosos, sem-teto ou mesmo desabilitados por obstaculizarem o ato cotidiano de caminhar, que daria forma e significado a esses espaços, por vezes distintos dos originalmente pretendidos (DE CERTEAU, 2014), nem concedem chance ao ócio puro e simples, à possibilidade de neles permanecer, de transitar a pé, flunar, vagar ou vagabundear sem destino, horas a fio.

Esses espaços controlados informam não só por onde se pode circular e desfrutar, como também definem as relações dos corpos e sujeitos sociais no espaço, pois conforme Pierre Bourdieu (2001) a ordem social está inscrita em nossos corpos através da relação dialética entre corpos e espaços, dos quais fazem parte os espaços do urbanismo inóspito. E, embora esses simulacros de cidades do futuro sejam coalhados de obras icônicas de arquitetos estelares, são desprovidos de qualquer identidade espacial e temporal. Os espaços destituídos de urbanidade, da diversidade, da festa e do encontro se constituiriam em espaços mortos, sem vida social.

À ampliação física dos espaços públicos, promovida pelo urbanismo inóspito, opõe-se à retração de sua apropriação social, como lugares de possibilidade da ação e lugar da política. Trata-se conforme Henri Lefebvre (1991) de um movimento hegemônico conduzido pelo capital e pelo Estado para garantir a reprodução de um espaço abstrato, aparentemente cada vez mais homogêneo. A crescente subsunção do espaço social às lógicas de reprodução e controle hegemônicas esmaga e inviabiliza sua apropriação social enquanto valor de uso. Contribui, assim, para aniquilar formas pretéritas de reprodução e cancelar o futuro. Urge, portanto, encontrar formas de burlar o controle e imposições do urbanismo inóspito, dos artefatos do design hostil e da arquitetura defensiva.

Coloca-se, em pauta, então como resgatar o espaço público? Como resgatar o sentido da cidade enquanto obra e valor de uso?

3. Para superar o Urbanismo Inóspito, traçando linhas do desejo

Há algum tempo diversos autores (LOW; SMITH, 2005; MADDEN, 2010; MITCHELL, 2014). e ativistas de urbanismo tático (ROGERS, 2012, <https://hostiledesign.org>) e de guerrilha têm se mobilizado contra o que veio a ser caracterizado como arquitetura defensiva, ou ainda design hostil, entendidos como edificações e artefatos urbanos projetados com a finalidade de excluir e obstaculizar a apropriação social alternativa, ou ainda alijar e remover certos grupos e práticas sociais do espaço público. Não obstante, tanto o urbanismo

tático quanto o de guerrilha constituam formas de resistência e meios para construir futuros alternativos, não são a mesma coisa. Para Jeffrey Hou (2020, p.124) o primeiro teria por base uma apropriação não sancionada do repertório de atores institucionais e de profissionais de planejamento, urbanismo e desenho urbano, enquanto o segundo representaria um rompimento e um desafio a esses repertórios e ao *status quo*. Para efeitos de nossa abordagem, diferenciamos o urbanismo tático do de guerrilha, entendendo o primeiro como ações e/ou atividades mediadas ou não por instituições que se insurgem contra a ordem existente. Ao passo que o urbanismo de guerrilha tem por meta subverter o existente (RANDOLPH, 2007, 2021), para se contrapor e desconstruir o urbanismo inóspito e resgatar a urbanidade e sociabilidade suprimidas dos espaços públicos.

O enfrentamento dessas supressões requer uma permanente mobilização da consciência para escapar da indiferença social e da reificação imposta pelo ritmo da produção de mercadorias (BENJAMIN, 1992). Nesse sentido, artistas plásticos e designers, de vários lugares, têm-se mobilizado em ações de urbanismo tático e de guerrilha para resgatar a apropriação social de espaços urbanos inóspitos. Espaços concebidos para manter os sem-teto longe e para evitar que as pessoas se sintam confortáveis, recebem intervenções para torná-los agradáveis, confortáveis, lúdicos, de lazer e de prática de esportes. Para tanto se valem das infraestruturas pré-existentes, como paradas de ônibus (Figuras 1, 2 e 3), escadarias (Figura 4), árvores (Figura 5), marquises (Figura 6), grades, postes e totens de sinalização (Figura 7), e inclusive cabines telefônicas e contêineres de lixo. A estas propostas se somam intervenções com soluções de moradias alternativas para acolher os sem-teto com a ocupação de vagas de estacionamento (Figuras 8, 9 e 10).



Figura 1. Urbanismo de Guerrilha • Hamburgo (Alemanha) Bancos com tubulações plásticas coloridas flexíveis acopladas a instalações existentes. Projeto de Oliver Show, prêmio Fundação Leinemann para Educação e Artes (HFBK) (Fonte: ROGERS, 06.03.2012, p.1).



Figura 2. Urbanismo de Guerrilha • Londres (Inglaterra) Instalação de balanços em paradas de ônibus. Designer Bruno Taylor. (Fonte: ROGERS, 06.01.2012, p.1)



Figura 3. Institucional • Bogotá (Colombia) possui 95 Paraderos, Paralibros, Paraparques (PPP). Cada PPP tem mais de 300 livros para empréstimo grátis. Conta também com Biblioestações em Paradas dos ônibus Transmilenio. (Fonte: <<https://www.biblored.gov.co/visita>>)



Figura 4. Urbanismo Tático • Hong-Kong (China). Projeto Cascata do Edge Design Institute, criação de miniparque em uma extensa escadaria pouco usada, com a instalação de estrutura metálica com assentos e uma cornucópia de plantas. (Fonte: ROGERS, 30.11.2016, p.1)



Figura 5. Urbanismo de Guerrilha • (França e Itália) Plásticos para embalar e selar cargas, esticados em sinais de rua, suportes de bicicletas, árvores e outros objetos urbanos para criar mobiliário urbano (Cedric Bernadotte). (Fonte: ROGERS, 30.11.2016, p.2)



Figura 6. Urbanismo de Guerrilha • Londres (Inglaterra) Sofá e Estante de livros sobre espigões metálicos, travestindo o design hostil em espaços amigáveis e confortáveis. (Fonte: <<https://betterthanspikes.tumblr.com/post/124311489850/160715>>)

Ao destacar o caráter inóspito do espaço abstrato do capital, os urbanismos de guerrilha e o tático, ressaltam as contenções e desafios impostos à vida cotidiana de diferentes grupos sociais. E, a um só tempo, desnudam os limites da ação institucional e revelam o poder da ação social em resistir e buscar construir futuros alternativos. Suas manifestações e realizações congregam distintas formas de resistência e de contestação à desumanização do espaço social, bem como de enfrentamento das vicissitudes, conflitos e contradições da vida urbana sob o signo da neoliberalização. Suas manifestações, efêmeras (PERAN, 2009) ou perenes, usualmente não sancionadas, podem ser

entendidas tanto como estratégias de sobrevivência (KOWARICK, 1979), quanto como ativismos políticos (SAGER, 2021) e ações alternativas de resgate do valor de uso social do espaço (D'OTTAVIANO, 2021). Ou, ainda, como formas de resistência às práticas hegemônicas que buscam subsumir tudo e todos ao espaço abstrato do capital.



Figura 7. Urbanismo Tático • Paris (França) projeto *Mens Sana in Corpore Sano* de Florian Brillet e Nicolas Lelievre, anexa equipamentos esportivos ao mobiliário existente. (Fonte: ROGERS, 30.11.2016, p.2)



Figura 8. Urbanismo Tático • São Paulo (Brasil). Área de convivência e de lazer em vagas de estacionamento (São Paulo). (Fonte: ROGERS, 17.09.2014).



Figura 9. Urbanismo de Guerrilha • Chicago (Estados Unidos). Projeto de Michael Rakowitz. Tenda na forma de automóvel para ocupar vaga de estacionamento. (Fonte: <<https://www.awesomeinventions.com/car-shaped-tent-urban-camping/>>)



Figura 10. Urbanismo de Guerrilha • Nova Iorque (Estados Unidos). Projeto de Gregory Kloehn. Contêiner de Lixo transformado em abrigo com cozinha, banheiro, armário, terraço e área de dormir. (Fonte: ROGERS, 08.10.2014)

É mister retomar a urbanidade e a sociabilidade. Um passo nesse sentido é a apropriação e modificação social de artefatos de arquitetura hostil e de design defensivo, como vem sendo feito em diversos lugares do mundo por artistas e designers, que transformam esses objetos em artefatos lúdicos, culturais e esportivos, transmutando espaços públicos inóspitos em espaços confortáveis e acolhedores. As ações do urbanismo tático e de guerrilha, por seu caráter disruptivo, têm a capacidade potencial de se imiscuir nas praças e nos espaços

públicos circundados por edifícios corporativos, órgãos institucionais, hotéis e shopping centers.

Cabe ter em mente, que para mudar faz-se imperativo ações que subvertam a ordem precípua do arranjo dos espaços públicos extensos e homogêneos, que permitam a emergência de formas não-codificáveis e não-institucionalizáveis de ocupação de espaços públicos, ou de espaços residuais, ocultos ao olhar do público como lotes vazios ou muros ao longo das vias de comunicação. Toda e qualquer ação social em espaços públicos controlados se constitui em um ato moral e político. As sementes da mudança, de visões alternativas da utilização racional destes espaços só podem ser plantadas e cultivadas como formas de resistência ao controle corporativo e estatal, com apelos a justiça territorial

A possibilidade de uma outra sociabilidade residiria na construção de novas marcações e espacialidades, na produção de uma outra imagem urbana com potencial de combater o sentido de alienação e de anomia, e de inclusive contribuir para criar um sentido de acolhimento e pertencimento social. Em um mundo que o capital trata mais e mais como sem lugar, sem memória e sem identidade, o resgate da sociabilidade e da urbanidade emerge como arena de negociação cultural de identidades em marcações socioespaciais. Da mesma forma, que as ações do urbanismo tático e de guerrilha, manifestações políticas, artísticas, *flash mobs*, raves, protestos, *graffitis* também se configuram como atos políticos, como expressões do desejo de uma outra sociedade (LIMONAD; BARBOSA, 2017), como formas de conceber um novo espaço social, pleno de desejos (BENJAMIN, 1992).

Urge, pois considerar a construção do desejo no campo das subjetividades coletivas, mesmo quando vivenciadas na individualidade, no âmbito da materialidade social e histórica. O potencial para tanto estaria nas diferentes formas de apropriação social do espaço público, socializado, enquanto demonstrações do desejo exercido socialmente, não apenas como uma resposta à ausência de coisas, mas como força produtiva que pode e cria os seus próprios objetos (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

A possibilidade de mudança residiria em buscar romper, ainda que de forma momentânea, as rotinas alienantes do cotidiano, momento em que algo é apreendido (LEFEBVRE, 1991). Trata-se de acirrar a tensão entre as representações hegemônicas e as práticas espaciais subordinadas na perspectiva de retomada da cidade, enquanto valor de uso. Abre-se, assim, como objeto de reflexão e da *práxis* social em experimentação não apenas identificar essas práticas espaciais e ações políticas, mas refletir sobre seu caráter e suas especificidades, para superar concepções hegemônicas enviesadas, que soem caracterizá-las como transgressões por infringirem as normas vigentes.

Podem ser entendidas como uma contestação às propostas urbanísticas de regulação do uso e ocupação do espaço público. Um espaço público, que em nome de um pretense interesse público, vago e geral, se subordina mais e mais aos interesses hegemônicos. Ou seja, essas manifestações podem e devem ser interpretadas como atos políticos de resistência aos avanços do urbanismo inóspito, como uma expressão dos espaços de representação social, que reescrevem os espaços públicos enquanto espaços de encontro, de resgate da solidariedade e da urbanidade, da cidade enquanto obra e valor de uso social e que propõem mediante suas práticas espaciais um outro urbanismo, mais humano e solidário.

4. Referências

- AGUIAR, Douglas. “Urbanidade e qualidade da cidade”. **Arquitextos**. 141.08, ano 12, mar. 2012. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>>
- ANDREOU, Alex. “Anti-homeless spikes: ‘Sleeping rough opened my eyes to the city’s barbed cruelty’”. **The Guardian** (18.02.2015). <https://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-undeen-and-makes-us-more-hostile?CMP=fb_gu>
- AUGÉ, Marc. **Não Lugares**. Campinas: Papyrus, 1994.
- BANERJEE, Tridib. “The future of public space: Beyond invented streets and reinvented places”. **Journal of the American Planning Association**, 2001, 67 (1), pp. 9–24. <<https://doi.org/10.1080/01944360108976352>>
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOURDIEU Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU Pierre.; WACQUANT, Loïc. **Um convite à Sociologia Reflexiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Org.) **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CARVALHO, Inaiá. Urbanidade contemporânea: Introdução. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 18, n. 45, 2005, pp. 337-340.
- CASTELO, Lineu. **A Percepção de Lugar**. Porto Alegre: Propar UFRGS, 2007
- CHELLEW, Cara. “Defending Suburbia: Exploring the use of defensive urban design outside of the city centre”. **Canadian Journal of Urban Research**, 2019, 28, pp.19–33. <<https://cjur.uwinnipeg.ca/index.php/cjur/article/view/164>>
- CHELLEW, Cara. “Design paranoia”. **Ontario Planning Journal**, 2016, 31(5), pp. 18–20.
- D’OTTAVIANO, Camila. Moradia, emergência e resistência. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João Carlos; MANSILLA, Pablo. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, p.100-130. <<https://drive.google.com/file/d/1fK74Sg6wskU-pcbi3Lcbek88f7IHZqhn/view>>
- DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DE FINE LICHT, Karl Persson. "Hostile architecture" and its confederates: A conceptual framework for how we should perceive our cities and the objects in them. **Canadian Journal of Urban Research**, v.20, n.2, 2020, pp. 1-17 <<https://cjur.uwinnipeg.ca/index.php/cjur/article/view/290/145>>
- DE FINE LICHT, Karl Persson. “Hostile urban architecture: A critical discussion of the seemingly offensive art of keeping people away”. **Etikk I Praksis: Nordic Journal of Applied Ethics**, 2, 2017, pp. 27–44. <<https://doi.org/10.5324/eip.v11i2.2052>>
- DE GRAAF, Reinier. “Architecture is now a tool of capital, complicit in a purpose

antithetical to its social mission”. The Architectural Review, (24.04.2015). <<https://www.architectural-review.com/essays/architecture-is-now-a-tool-of-capital-complicit-in-a-purpose-antithetical-to-its-social-mission>>

DELEUZE Gilles; GUATTARI Félix. **Anti-Édipo**. São Paulo: Ed.34, 2011

DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del "modelo Barcelona"**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2007, 242 p.

DOHERTY Joe; BUSCH-GEERTSEMA, Volker; KARPUSKIENE, Vita; KORHONEN, Jukka; O'SULLIVAN, Eoin; SAHLIN, Ingrid; PETRILLO, Agostino; WYGNANSKA, Julia. “Homelessness and exclusion: Regulating public space in European cities”. **Surveillance & Society**, 2008, 5(3), pp. 290–314. <<https://doi.org/10.24908/ss.v5i3.3425>>

GIGLIA, Angela. “Espacios públicos, sociabilidad y orden urbano. Algunas reflexiones desde la Ciudad de México sobre el auge de las políticas de revitalización urbana”. **Cuestión Urbana**, vol. 2, n. 2, 2017. <http://cec.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/15/2017/10/05_Giglia.pdf>

GOSPODINI, Aspa. “European cities in competition and the new ‘uses’ of urban design”. **Journal of Urban Design**, vol. 7, n. 1, 2002, pp. 59-73. <<https://doi.org/10.1080/13574800220129231>>

HARVEY, David. “From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism”. **Geografiska Annaler B**, 1989, 71 (1), pp. 3–17. <<https://doi.org/10.2307/490503>>

HOU, Jeffrey. “Guerrilla urbanism: urban design and the practices of resistance”. **Urban Design International**, 2020, 25, pp.117–125. <<https://doi.org/10.1057/s41289-020-00118-6>>

HOU, Jeffrey. (ed.). **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. London and New York: Routledge, 2010.

HU, Winnie. "'Hostile Architecture': How Public Spaces Keep the Public Out". **The New York Times**, (8.11.2019). <<https://www.nytimes.com/2019/11/08/nyregion/hostile-architecture-nyc.html> >

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Blackwell, 1991.

LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. “Why don’t we do it in the road?”(Por que não o fazemos na rua?). **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. 25 de abril de 2017. <<https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1197.pdf>>

LIMONAD, Ester. Contra o urbanismo inóspito. desconstruindo o Porto Maravilha. **Aracne**, Barcelona, vol. XXVI. n. 265, 1 de abril de 2022. <<https://doi.org/10.1344/ara2022.265.39293>>

LIMONAD, Ester. Planejar por quê? In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João Carlos; MANSILLA, Pablo. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, pp. 16-44. <<https://drive.google.com/file/d/1N15Oh1l6ezrEJv6gYrfd0-lKg6ZxZPqo/view>>

LOW, Setha; SMITH, Neil. (ed.) **The Politics of Space**. New York: Routledge, 2005.

MADDEN, David J. “Revisiting the end of public space: Assembling the public in an urban park”. **City & Community**, vol. 9, n. 2, 2010, pp. 187–207. <<https://doi.org/10.1111%2Fj.1540-6040.2010.01321.x>>

MANSILLA LÓPEZ, José A. “Asaltar los suelos. La privatización del espacio público como distopía urbana en el barrio del Poblenou, Barcelona”. **Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de noviembre de 2018, vol. XXIII, no 1.255. <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1255.pdf> >

MAXWELL, Kerry. Buzzword: Hostile architecture. **Macmillan Online Dictionary**, 2014. <<http://www.macmillandictionary.com/us/buzzword/entries/hostile-architecture.html>>

MIRAFETAB, Faranak. “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2016, 18 (3), pp. 363-377. <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>>

MITCHELL, Don. The end of public space? People’s park, definitions of the public and democracy. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 85, n. 1, 1995. pp. 108–133. <<https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1995.tb01797.x>>

MITCHELL, Don. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space**. New York: Guilford, 2014.

MITCHELL, Don.; STAEHELI Lynn A. Clean and safe? Property redevelopment, public space and homelessness in downtown San Diego. In LOW, Setha; SMITH, Neil. (ed.) *The Politics of Public Space*. New York: Routledge, 2005, pp. 143–175.

MORTON, Ella. “The subtle design features that make cities feel more hostile”. **Atlas Obscura**. (05.05.2016). <<https://www.atlasobscura.com/articles/the-subtle-design-features-that-make-cities-feel-more-hostile>>

PERAN, Martí. **Post-it City: Ciudades ocasionales / Cidades ocasionais / Occasional Urbanities**. Barcelona: Turner, 2009. 272 p.

PESAVENTO, Sandra. J. “História, memória e centralidade urbana”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2007. <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.3212>>

QUINN, Ben. “Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile architecture'”. **The Guardian** (13.06.2014). <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture>>

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. Actas del IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre. 2007. <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm>>

RANDOLPH, Rainer. Uma trajetória do planejamento colaborativo ao subversivo. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João Carlos; MANSILLA, Pablo. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, pp. 90-113. <<https://drive.google.com/file/d/1NI5Oh1I6ezrEJv6gYrfd0-IKg6ZxZPqo/view>>

RIBEIRO, Ana Clara Torres “Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1995, pp. 556-590.

ROGERS, S A “The Swings of Things: 15 Daring Swing Set Designs”. **Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments**, 06.01.2012. <<https://weburbanist.com/2012/01/06/the-swings-of-things-15-daring-swing-set-designs/>>

ROGERS, S. A. “Occupy Urban Spaces: 10 Guerrilla Modifications to City Infrastructure”. **Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments**, 30.11.2016. <<https://weburbanist.com/2016/11/30/occupy-urban-spaces-10-guerrilla-modifications-to-city-infrastructure/>>

ROGERS, S. A. “Street Seats for the People: Bold Guerrilla Furniture”. **Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments**, 06.03.2012. <<https://weburbanist.com/2012/03/06/street-seats-for-the-people-bold-guerrilla-furniture/>>

ROGERS, S. A. “Urban Subversion: 13 Radical Examples of Guerrilla Housing”. **Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments**, 08.10.2014. <<https://weburbanist.com/2014/10/08/urban-subversion-13-radical-examples-of-guerrilla-housing/>>

ROGERS, S.A. “Occupy Parking Spots: 15 Projects Reclaiming the Streets”. **Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments**, 17.09.2014. <<https://weburbanist.com/2014/09/17/occupy-parking-spots-15-projects-reclaiming-the-streets/>>

SAGER, Tore. Planejamento Ativista: uma resposta aos males do neoliberalismo? In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João Carlos; MANSILLA, Pablo. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, pp. 136-162. <<https://drive.google.com/file/d/1NI5Oh1I6ezrEJv6gYrfd0-1Kg6ZxZPqo/view>>

SANCHEZ, Fernanda Ester. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó-SC: ARGOS Editora Universitária, 2003.

SANFELICI, Daniel. Políticas de distritos criativos e regeneração urbana: uma breve avaliação crítica. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João Carlos; MANSILLA, Pablo. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, pp. 83-99. <<https://drive.google.com/file/d/1fK74Sg6wskU-pcbi3Lcbek88f7IHZqhn/view>>

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Loyola, 1996.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHINDLER, Sarah. “Architectural exclusion: Discrimination and segregation through physical design of the built environment”. **The Yale Law Journal**, v. 124, n. 6, 2015, pp. 1937–2024. <<https://www.yalelawjournal.org/article/architectural-exclusion>>

SILVA, Fabiana Felix do Amaral e; MACIEL, Lidiane Maria. “Decolonizando” o planejamento: a experiência dos conflitos urbanos em cidades latino-americanas. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João Carlos; MANSILLA, Pablo. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 185-219. <<https://drive.google.com/file/d/1NI5Oh1I6ezrEJv6gYrfd0-1Kg6ZxZPqo/view>>

SKLAIR, Leslie. “The Transnational Capitalist Class and Contemporary Architecture in Globalizing Cities”. **International Journal of Urban and**

Regional Research, v. 29, n. 3, 2005, pp. 485-500.
<<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2005.00601.x>>

SMITH, Naomi; WALTERS, Peter. "Desire lines and defensive architecture in modern urban environments". **Urban Studies**, v.55, n.13, 2018, pp. 2980–2995. <<https://doi.org/10.1177%2F0042098017732690>>

SMITH, Neil. Gentrification and the Rent Gap. **Annals of the Association of American Geographers**, v.77, n. 3, 1987, pp. 462-465.
<<https://www.jstor.org/stable/i323933>>

SOUZA, Eduardo; PEREIRA, Matheus. "Arquitetura hostil: A cidade é para todos?". **ArchDaily Brasil**, (8.02.2018).
<<https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>>

SWAIN, Frank. "Secret city design tricks manipulate your behaviour". **BBC**. (2.12.2013). <<https://www.bbc.com/future/article/20131202-dirty-tricks-of-city-design>>

THÖRN, Catharina. "Soft Policies of Exclusion: Entrepreneurial Strategies of Ambience and Control of Public Space in Gothenburg, Sweden". **Urban Geography**, v. 32, n. 7, 2011, pp. 989-1008, <<http://dx.doi.org/10.2747/0272-3638.32.7.989>>

TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar. São Paulo: Difel, 1983.

WALLACE, Elizabeth. "What's Behind the Uptick in Hostile Architecture?". **Architectural Digest**. 2018. <<https://www.architecturaldigest.com/story/hostile-architecture>>